

Nº 21 – DOU – 30/01/15 – seção 1 – p.97

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 56, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde, aos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 183/GM/MS, de 30 de janeiro de 2014, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, previsto no art. 18, inciso I, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição dos critérios de financiamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a Portaria nº 48/GM/MS, de 20 de janeiro de 2015, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde, aos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde.

Art. 2º Os valores do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde serão transferidos em parcela única para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde constantes no anexo I a esta Portaria, conforme disposto no § 1º do art. 17 e no § 1º do art. 32 da Portaria nº 183/GM/MS, de 30 de janeiro de 2014.

Art. 3º Ficam definidos que os valores do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos valores pactuados, para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais, de acordo com o anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 4º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007 e nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 5º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 6º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 7º Os entes federativos beneficiados, constantes desta Portaria, que estejam com repasse do Componente de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do SIM e SINAN, não farão jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 9º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 11. Fica revogado o anexo VI da Portaria nº 183/GM/MS, de 30 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 84, de 6 de maio de 2014, páginas 23 a 27.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I
(parcela única)

UF	IBGE	Ente Federativo	Valor (R\$)
GO	520540	CERES	35.000,00
GO	520450	CALDAS NOVAS	35.000,00
GO	520800	FORMOSA	35.000,00
GO	521250	LUZIÂNIA	45.000,00
GO	521880	RIO VERDE	40.000,00
GO	522160	URUAÇU	35.000,00
MA	210000	SES MARANHÃO	45.000,00
PA	150000	SES PARÁ	40.000,00
PR	410000	SES PARANÁ	80.000,00
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	35.000,00
RJ	330100	CAMPOS DE GOYTACAZES	45.000,00
RN	240800	MOSSORÓ	40.000,00
SC	420910	JOINVILLE	45.000,00
SP	350000	SES SÃO PAULO	55.000,00
SP	351620	FRANCA	40.000,00
SP	351880	GUARULHOS	40.000,00
SP	354780	SANTO ANDRÉ	5.000,00
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	5.000,00
TO T A L			700.000,00

ANEXO II

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
----	------	-----------------	--------------------	-------------------

AC	120000	SES ACRE	109.000,00	1.308.000,00
AC	120040	RIO BRANCO	25.000,00	300.000,00
AC	120043	SANTA ROSA DO PURUS	3.000,00	36.000,00
TO TA L			137.000,00	1.644.000,00

ANEXO III

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
AL	270000	SES ALAGOAS	376.000,00	4.512.000,00
AL	270430	MACEIÓ	27.000,00	324.000,00
TO TA L			403.000,00	4.836.000,00

ANEXO IV

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
AM	130000	SES AMAZONAS	417.000,00	5.004.000,00
AM	130260	MANAUS	21.000,00	252.000,00
TO TA L			438.000,00	5.256.000,00

ANEXO V

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
AP	160000	SES AMAPÁ	136.000,00	1.632.000,00
AP	160030	MACAPÁ	15.000,00	180.000,00
TO TA L			151.000,00	1.812.000,00

ANEXO VI

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
BA	290000	SES BAHIA	543.500,00	6.522.000,00
BA	290110	AMÉLIA RODRIGUES	3.000,00	36.000,00
BA	292740	S A L V A D O R	41.000,00	492.000,00
TO TA L			587.500,00	7.050.000,00

ANEXO VII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
CE	230000	SES CEARÁ	518.500,00	6.222.000,00
CE	230190	BARBALHA	40.000,00	480.000,00
CE	230290	CAPISTRANO	3.000,00	36.000,00
CE	230370	CAUCAIA	3.000,00	36.000,00
CE	230440	F O R T A L E Z A	46.000,00	552.000,00
CE	230900	MUCAMBO	3.000,00	36.000,00
CE	231290	SOBRAL	5.000,00	60.000,00
TO TA L			618.500,00	7.422.000,00

ANEXO VIII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
DF	530000	SES DISTRITO FEDE-RAL	298.500,00	3.582.000,00
TO TA L			298.500,00	3.582.000,00

ANEXO IX

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
ES	320000	SES ESPÍRITO SANTO	243.500,00	2.922.000,00
ES	320530	VITÓRIA	28.000,00	336.000,00

TO T A L	271.500,00	3.258.000,00
----------	------------	--------------

ANEXO X

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
GO	520000	SES GOIÁS	294.000,00	3.528.000,00
GO	520110	ANÁPOLIS	6.000,00	72.000,00
GO	520140	APARECIDA DE GOIÃ-NIA	3.000,00	36.000,00
GO	520450	CALDAS NOVAS	35.000,00	420.000,00
GO	520540	CERES	35.000,00	420.000,00
GO	520800	FORMOSA	35.000,00	420.000,00
GO	520870	GOIÂNIA	89.000,00	1.068.000,00
GO	521190	JATAÍ	2.000,00	24.000,00
GO	521250	LUZIÂNIA	45.000,00	540.000,00
GO	521880	RIO VERDE	40.000,00	480.000,00
GO	522160	URUAÇU	35.000,00	420.000,00
TO T A L			619.000,00	7.428.000,00

ANEXO XI

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
MA	210000	SES MARANHÃO	331.000,00	3.972.000,00
MA	210300	CAXIAS	2.500,00	30.000,00
MA	210530	IMPERATRIZ	2.500,00	30.000,00
MA	211130	SÃO LUIS	41.000,00	492.000,00
TO T A L			377.000,00	4.524.000,00

ANEXO XII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
MG	310000	SES MINAS GERAIS	608.500,00	7.302.000,00
MG	310160	ALFENAS	5.000,00	60.000,00
MG	310400	ARAXÁ	5.000,00	60.000,00
MG	310620	BELO HORIZONTE	41.000,00	492.000,00
MG	310670	BETIM	3.000,00	36.000,00
MG	310740	BOM DESPACHO	5.000,00	60.000,00
MG	310820	BONFINÓPOLIS DE MINAS	3.000,00	36.000,00
MG	311330	CARANGOLA	5.000,00	60.000,00
MG	311650	CLARO DOS POÇÕES	3.000,00	36.000,00
MG	311860	C O N T A G E M	8.000,00	96.000,00
MG	312245	DIVISÓPOLIS	3.000,00	36.000,00
MG	312770	GOVERNADOR VA-LADARES	5.000,00	60.000,00
MG	313730	LAGOA DOS PATOS	3.000,00	36.000,00
MG	314330	MONTES CLAROS	5.000,00	60.000,00
MG	314790	PA S S O S	5.000,00	60.000,00
MG	314900	PEDRA DOURADA	3.000,00	36.000,00
MG	315210	PONTE NOVA	5.000,00	60.000,00
MG	315250	POUSO ALEGRE	8.000,00	96.000,00
MG	316440	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	3.000,00	36.000,00
MG	316860	TEÓFILO OTONI	5.000,00	60.000,00
MG	317070	VA R G I N H A	5.000,00	60.000,00
TO T A L			736.500,00	8.838.000,00

ANEXO XIII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
----	------	-----------------	--------------------------	-------------------

MS	500000	SES MATO GROSSO DO SUL	280.500,00	3.366.000,00
MS	500270	CAMPO GRANDE	32.000,00	384.000,00
TO T A L			312.500,00	3.750.000,00

ANEXO XIV

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
MT	510000	SES MATO GROSSO	225.500,00	2.706.000,00
MT	510268	CAMPOS DE JÚLIO	3.000,00	36.000,00
MT	510340	CUIABÁ	32.000,00	384.000,00
MT	510517	JURUENA	3.000,00	36.000,00
MT	510618	NOVA LACERDA	3.000,00	36.000,00
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	3.000,00	36.000,00
MT	510800	T A P U R A H	3.000,00	36.000,00
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	5.000,00	60.000,00
TO T A L			277.500,00	3.330.000,00

ANEXO XV

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
PA	150000	SES PARÁ	295.000,00	3.540.000,00
PA	150060	A L T A M I R A	2.000,00	24.000,00
PA	150080	ANANINDEUA	3.000,00	36.000,00
PA	150140	BELÉM	36.000,00	432.000,00
PA	150530	ORIXIMINÁ	3.000,00	36.000,00
PA	150680	S A N T A R É M	2.000,00	24.000,00
TO T A L			341.000,00	4.092.000,00

ANEXO XVI

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
PB	250000	SES PARAÍBA	235.500,00	2.826.000,00
PB	250750	JOÃO PESSOA	27.000,00	324.000,00
TO T A L			262.500,00	3.150.000,00

ANEXO XVII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
PE	260000	SES PERNAMBUCO	639.000,00	7.668.000,00
PE	260160	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	3.000,00	36.000,00
PE	260340	CALUMBI	3.000,00	36.000,00
PE	260560	FLORES	3.000,00	36.000,00
PE	260570	F L O R E S T A	3.000,00	36.000,00
PE	260700	INAJÁ	3.000,00	36.000,00
PE	260710	INGAZEIRA	3.000,00	36.000,00
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARA-PES	3.000,00	36.000,00
PE	260805	J A T O B Á	3.000,00	36.000,00
PE	260960	OLINDA	3.000,00	36.000,00
PE	260980	OROCÓ	3.000,00	36.000,00
PE	261070	P A U L I S T A	3.000,00	36.000,00
PE	261160	RECIFE	44.000,00	528.000,00
PE	261280	SANTA TEREZINHA	3.000,00	36.000,00
PE	261350	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	3.000,00	36.000,00
PE	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	3.000,00	36.000,00
PE	261460	T A B I R A	3.000,00	36.000,00
TO T A L			728.000,00	8.736.000,00

ANEXO XVIII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
PI	220000	SES PIAUÍ	191.000,00	2.292.000,00
PI	220779	PAU D'ARCO DO PIAUÍ	3.000,00	36.000,00
PI	221100	TERESINA	32.000,00	384.000,00
TO T A L			226.000,00	2.712.000,00

ANEXO XIX

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
PR	410000	SES PARANÁ	456.000,00	5.472.000,00
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	3.000,00	36.000,00
PR	410370	CAMBÉ	10.000,00	120.000,00
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5.000,00	60.000,00
PR	410430	CAMPO MOURÃO	10.000,00	120.000,00
PR	410480	C A S C A V E L	10.000,00	120.000,00
PR	410490	CASTRO	10.000,00	120.000,00
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	10.000,00	120.000,00
PR	410690	CURITIBA	62.000,00	744.000,00
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	58.000,00	696.000,00
PR	410845	FOZ DO JORDÃO	3.000,00	36.000,00
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	10.000,00	120.000,00
PR	410895	GUAMIRANGA	3.000,00	36.000,00
PR	410940	G U A R A P U A V A	10.000,00	120.000,00
PR	4 1111 0	I T A M B É	3.000,00	36.000,00
PR	4 111 5 0	I V A I P O R Ã	10.000,00	120.000,00
PR	4 111 7 0	JABOTI	3.000,00	36.000,00
PR	4 111 8 0	JACAREZINHO	3.000,00	36.000,00
PR	411295	JURANDA	3.000,00	36.000,00
PR	411370	LONDRINA	15.000,00	180.000,00
PR	411520	MARINGÁ	15.000,00	180.000,00
PR	411585	MERCEDES	3.000,00	36.000,00
PR	411840	P A R A N A V A Í	10.000,00	120.000,00
PR	411850	PATO BRANCO	10.000,00	120.000,00
PR	411885	PEROBAL	3.000,00	36.000,00
PR	411990	PONTA GROSSA	10.000,00	120.000,00
PR	412360	SANTA INÊS	3.000,00	36.000,00
PR	412625	SARANDI	10.000,00	120.000,00
PR	412627	SAUDADE DO IGUAÇU	3.000,00	36.000,00
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	3.000,00	36.000,00
PR	412780	T O M A Z I N A	3.000,00	36.000,00
PR	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	10.000,00	120.000,00
TO T A L			780.000,00	9.360.000,00

ANEXO XX

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
RJ	330000	SES RIO DE JANEIRO	350.000,00	4.200.000,00
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	5.000,00	60.000,00
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACA-ZES	50.000,00	600.000,00
RJ	330220	I T A P E R U N A	5.000,00	60.000,00
RJ	330330	NITERÓI	6.000,00	72.000,00
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	5.000,00	60.000,00
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	5.000,00	60.000,00
RJ	330420	RESENDE	3.000,00	36.000,00
RJ	330452	RIO DAS OSTRAS	5.000,00	60.000,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	91.000,00	1.092.000,00
RJ	330490	SÃO GONÇALO	6.000,00	72.000,00
RJ	330620	V A S S O U R A S	5.000,00	60.000,00
RJ	330630	VOLTA REDONDA	5.000,00	60.000,00

TO T A L	541.000,00	6.492.000,00
----------	------------	--------------

ANEXO XXI

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
RN	240000	SES RIO GRANDE DO N O R T E	180.500,00	2.166.000,00
RN	240800	MOSSORÓ	40.000,00	480.000,00
RN	240810	N ATA L	27.000,00	324.000,00
TO T A L			247.500,00	2.970.000,00

ANEXO XXII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
RO	110000	SES RONDÔNIA	181.000,00	2.172.000,00
RO	110020	PORTO VELHO	15.000,00	180.000,00
RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	3.000,00	36.000,00
TO T A L			199.000,00	2.388.000,00

ANEXO XXIII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
RR	140000	SES RORAIMA	110.500,00	1.326.000,00
RR	140010	BOA VISTA	25.000,00	300.000,00
RR	140045	PA C A R A I M A	3.000,00	36.000,00
TO T A L			138.500,00	1.662.000,00

ANEXO XXIV

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
RS	430000	SES RIO GRANDE DO SUL	236.000,00	2.832.000,00
RS	430310	CACHOEIRINHA	3.000,00	36.000,00
RS	430460	CANOAS	15.000,00	180.000,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	15.000,00	180.000,00
RS	430595	COTIPORÃ	3.000,00	36.000,00
RS	430607	CRISTAL DO SUL	3.000,00	36.000,00
RS	430705	ERNESTINA	3.000,00	36.000,00
RS	430825	FLORIANO PEIXOTO	3.000,00	36.000,00
RS	431050	IRAÍ	3.000,00	36.000,00
RS	431065	I T A T I	3.000,00	36.000,00
RS	431075	IVORÁ	3.000,00	36.000,00
RS	431113	JARI	3.000,00	36.000,00
RS	431237	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	3.000,00	36.000,00
RS	431265	NÃO - ME - TOQUE	3.000,00	36.000,00
RS	431310	NOVA PALMA	3.000,00	36.000,00
RS	431380	PA L M I T I N H O	3.000,00	36.000,00
RS	431410	PASSO FUNDO	5.000,00	60.000,00
RS	431440	P E L O T A S	15.000,00	180.000,00
RS	431490	PORTO ALEGRE	47.000,00	564.000,00
RS	431505	PORTO MAUÁ	3.000,00	36.000,00
RS	431540	REDENTORA	3.000,00	36.000,00
RS	431560	RIO GRANDE	5.000,00	60.000,00
RS	431620	RONDINHA	3.000,00	36.000,00
RS	431643	SALDANHA MARINHO	3.000,00	36.000,00
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	5.000,00	60.000,00
RS	431720	SANTA ROSA	5.000,00	60.000,00
RS	431861	SÃO JOSÉ DO SUL	3.000,00	36.000,00
RS	431940	SÃO PEDRO DO SUL	3.000,00	36.000,00
RS	431970	SÃO VALENTIM	3.000,00	36.000,00
RS	431973	SÃO VALÉRIO DO SUL	3.000,00	36.000,00
RS	432240	URUGUAIANA	8.000,00	96.000,00

RS	432254	VALE REAL	3.000,00	36.000,00
TO TA L			422.000,00	5.064.000,00

ANEXO XXV

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VA L O R MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
SC	420000	SES SANTA CATARINA	241.000,00	2.892.000,00
SC	422000	BALNEÁRIO RINCÃO	3.000,00	36.000,00
SC	420240	BLUMENAU	5.000,00	60.000,00
SC	420420	CHAPECÓ	5.000,00	60.000,00
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	29.500,00	354.000,00
SC	420820	I TA J A Í	3.000,00	36.000,00
SC	420870	JACINTO MACHADO	3.000,00	36.000,00
SC	420910	JOINVILLE	55.000,00	660.000,00
SC	421870	TUBARÃO	5.000,00	60.000,00
TO TA L			349.500,00	4.194.000,00

ANEXO XXVI

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
SE	280000	SES SERGIPE	175.500,00	2.106.000,00
SE	280030	ARACAJU	27.000,00	324.000,00
SE	280190	CUMBÉ	3.000,00	36.000,00
TO TA L			205.500,00	2.466.000,00

ANEXO XXVII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
SP	350000	SES SÃO PAULO	1.115.000,00	13.380.000,00
SP	350400	ASSIS	3.000,00	36.000,00
SP	350550	B A R R E T O S	5.000,00	60.000,00
SP	350600	BAURU	3.000,00	36.000,00
SP	350950	CAMPINAS	43.000,00	516.000,00
SP	351050	C A R A G U A T A U B A	5.000,00	60.000,00
SP	351620	FRANCA	40.000,00	480.000,00
SP	351880	GUARULHOS	72.000,00	864.000,00
SP	351980	ICÉM	3.000,00	36.000,00
SP	352240	I TA P E VA	5.000,00	60.000,00
SP	352260	I TA P I R A	3.000,00	36.000,00
SP	352530	JAÚ	4.500,00	54.000,00
SP	352690	LIMEIRA	5.000,00	60.000,00
SP	352740	LUCÉLIA	3.000,00	36.000,00
SP	352940	MAUÁ	8.000,00	96.000,00
SP	353050	MOCOCA	45.000,00	540.000,00
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	3.000,00	36.000,00
SP	353070	MOGI GUAÇU	3.000,00	36.000,00
SP	353440	OSASCO	8.000,00	96.000,00
SP	354060	PORTO FELIZ	3.000,00	36.000,00
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	3.000,00	36.000,00
SP	354780	SANTO ANDRÉ	8.000,00	96.000,00
SP	354850	S A N T O S	3.000,00	36.000,00
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAM-PO	3.000,00	36.000,00
SP	354890	SÃO CARLOS	5.000,00	60.000,00
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3.000,00	36.000,00
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	5.000,00	60.000,00
SP	355030	SÃO PAULO	146.000,00	1.752.000,00
SP	355220	SOROCABA	3.000,00	36.000,00
SP	355410	T A U B A T É	3.000,00	36.000,00
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	3.000,00	36.000,00
SP	355560	UCHOA	3.000,00	36.000,00
SP	355610	VALENTIM GENTIL	3.000,00	36.000,00
TO TA L			1.570.500,00	18.846.000,00

ANEXO XXVIII

UF	IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
TO	170000	SES TOCANTINS	176.000,00	2.112.000,00
TO	172100	PA L M A S	29.500,00	354.000,00
TO TA L			205.500,00	2.466.000,00